



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Fonte:
<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4478>. Acesso em: 26 out. 2022.

Referência

PENNA FILHO, P. Guerra e Fome na Somália. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 12, n. 128, p. 44-49, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4478>. Acesso em: 26 out. 2022.

Guerra e fome na Somália

War and famine in Somalia

Pio Penna Filho*

Meridiano 47 vol. 12, n. 128, nov.-dez. 2011 [p. 42 a 49]

Introdução

Muitos países africanos entraram no pós-Guerra Fria numa situação crítica. Com efeito, não foram poucas as regiões da África que sofreram diretamente com as consequências do fim da era bipolar. Enquanto para muitas regiões do planeta os impactos da onda neoliberal resultaram no aumento da exclusão social, com altos índices de desemprego e crise social como, por exemplo, na América Latina, em boa parte da África os seus impactos significaram, além disso, o virtual colapso da frágil estrutura estatal montada como resultado do processo de descolonização até explodirem numa onda de violência que impressionou pela sua intensidade e duração.

Assim, a primeira década do pós-Guerra Fria, com suas características de transição de um mundo ordenado por paradigmas ideológicos para outro, mais liberal e globalizado, significou um período de crises e de ajustes, tanto nas estruturas econômicas quanto políticas, no qual os seus resultados apenas agora começam a ser devidamente avaliados.

Mesmo na segunda década do mundo pós-Guerra Fria, em diversas regiões da África ainda persiste um clima de tensão e, eventualmente, de conflitos, com alguns casos que perduram já há décadas. No Sudão, por exemplo, a região de Darfur, área fronteira com o Chade, fez ressurgir o pavor de um novo genocídio no continente quando milícias apoiadas pelo governo de Cartum iniciaram uma matança em grande escala, portanto, menos de uma década desde os horrores verificados em Ruanda em 1994. No caso do Sudão, embora a situação tenha melhorado no contexto de crise entre o norte e o sul, piorou consideravelmente a crise em Darfur.

Na Somália, o Estado e suas instituições tradicionais praticamente desapareceram, estando o seu território fragmentado e governado por clãs, o que faz daquele país uma região insegura (como bem o comprova, por exemplo, a ação desmesurada dos piratas ao longo do seu litoral e mesmo em mar aberto) e economicamente inviável.

Na região da África central, o antigo Zaire, atual República Democrática do Congo, vive há anos sob forte clima de instabilidade política, estando o país ainda em crise, apesar mesmo de uma tentativa de eleições em 2011, e sem um controle central efetivo. Mais ao sul, o Zimbábue experimentou um quadro de deterioração econômica gradativa que levou sua economia a experimentar uma das piores crises hiperinflacionárias da história da humanidade, provocando o virtual colapso do Estado e uma crise de grandes proporções por conta do enorme fluxo de refugiados em direção à África do Sul.

São diversas as regiões da África que vivenciaram ou ainda vivenciam conflitos armados e falência de Estados, com um alto custo social. Muito embora se tenha verificado uma tendência para a superação de vários conflitos

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. (piopenna@gmail.com)

já no final dos anos 1990, ainda é cedo para um diagnóstico otimista para o contexto africano, haja vista que esses conflitos deixaram marcas profundas que levarão muito tempo para serem apagadas. Isso sem contar outros aspectos relacionados à segurança que envolvem boa parte do continente como, por exemplo, a segurança alimentar e os aspectos relativos à degradação ambiental, ao aquecimento global e às doenças epidêmicas, de grande impacto econômico para o desenvolvimento africano.

Num balanço geral, o fim da Guerra Fria e a diminuição das ingerências estrangeiras não foi capaz de levar estabilidade às várias regiões africanas, antes pelo contrário. Pelo menos na primeira década seguinte à queda do Muro de Berlim o que se viu foi um quadro caótico de um continente em grande medida sem rumo, sem uma definição clara de quais novos parâmetros adotar em sua inserção internacional.

Virada a primeira década do pós-Guerra Fria houve uma tendência de melhora no quadro geral. A notícia alvissareira é que desde o final da década de 1990, sempre em termos gerais, e concomitante ao arrefecimento da maior parte dos conflitos, vem ocorrendo uma retomada das atividades econômicas que sinalizam para um futuro melhor para o continente africano. Isso pode se comprovado pela taxa média de crescimento das economias africanas que alcançaram o patamar de 6%, evolução que foi contida apenas pela crise global de 2008/2009, quando o índice de crescimento médio diminuiu para 3,1%. (PERSPECTIVAS ECONÓMICAS NA ÁFRICA, 2011).

Porém, em alguns Estados a situação não evoluiu no sentido da superação dos conflitos, da reestruturação do Estado e da retomada da atividade econômica. Esse foi justamente o caso da Somália, talvez o mais grave de todos, como se verá a seguir.

A Somália: Estado falido

A Somália vive um prolongado período de caos. Assim poderíamos descrever em poucas palavras o quadro político, econômico e social do país. Com o fim da Guerra Fria e as mudanças políticas ocorridas com a deposição do governo de Siad Barre, que governou de 1969 a 1991, a Somália, que já era um estado problemático, se tornou ainda pior. A partir de então o panorama, resumidamente, passou a ser o seguinte: ausência de governo com reconhecimento interno e externo, movimento separatista na Somalilândia, desaparecimento das instituições estatais, rápido declínio da atividade econômica com grande impacto social e aumento generalizado da insegurança com o aprofundamento da guerra civil, inclusive com a introdução ou incorporação de movimentos fundamentalistas, sendo que alguns dos quais com vinculações com o chamado terrorismo internacional.

A resposta inicial da comunidade internacional foi a implementação de uma missão de paz das Nações Unidas para tentar conter a guerra civil, restabelecer o aparelho estatal e, conseqüentemente, a ordem. Com o objetivo de monitorar o efêmero cessar fogo entre os grupos beligerantes, facilitar e proteger a ajuda humanitária, foi criada a Operação das Nações Unidas na Somália, ou UNOSOM I, que teve vida breve, de abril a dezembro de 1992. Vale lembrar que na ocasião a fome foi um dos fatores que ampliaram a tragédia somali, com um saldo de aproximadamente 300 mil mortes.

A UNOSOM I foi reforçada com a implementação da Força Tarefa Unificada (UNITAF), uma missão liderada pelos Estados Unidos e sancionada pelas Nações Unidas. O objetivo era restaurar a paz, a lei e a ordem, dando continuidade à UNOSOM. Criticada por muitos pela maneira como foi conduzida, os seus resultados foram parciais. Teve algum sucesso em criar condições para implementação da ajuda humanitária num contexto de crise profunda, mas não conseguiu o desarmamento e nem tampouco a conciliação entre os grupos que lutavam pelo poder. Vigorou de dezembro de 1992 a março de 1993.

A segunda intervenção direta das Nações Unidas se deu com o envio da UNOSOM II, em maio de 1993. O objetivo continuou sendo, a rigor, o mesmo das missões anteriores, mas com maior ênfase no desarmamento e na

reconciliação. Sem alcançar resultados concretos, o ímpeto inicial de buscar a paz foi se arrefecendo até a retirada das tropas no primeiro semestre de 1995. Em poucos lugares as Nações Unidas falharam tanto como no caso da Somália.

Além do envolvimento das Nações Unidas, houve também uma iniciativa africana para tentar encaminhar o problema da Somália e reconstituir a autoridade central. Isso se deu sobretudo após a conclusão de que as Nações Unidas não estavam preparadas ou dispostas a encontrar uma solução definitiva para o problema somali. Assim, a União Africana, sucessora da Organização da Unidade Africana (OUA), criou, em 2007, a Missão da União Africana na Somália (AMISOM). (AMISOM BULLETIN, 2010)

A AMISOM tem o objetivo de conduzir operações militares com vistas a estabilizar o país, sobretudo para tentar promover um ambiente propício para ajuda humanitária e dar suporte ao Governo de Federal de Transição (TFG), uma iniciativa que surgiu a partir de uma articulação política em torno do organismo sub-regional conhecido como Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento (IGAD), composta por Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda. Nesse sentido, em 2002, o IGAD organizou uma Conferência na qual foi aprovada a Declaração de Eldoret, uma nova tentativa de conter a insurgência e promover um novo governo que se pretendia de união nacional. (MRE, DAF 3, 2006)

Todavia, pouco se avançou em termos de consenso político interno. Em 2003, uma nova tentativa de paz e reconciliação foi levada adiante com o envolvimento de três países do entorno somali e que tem todo interesse em sua estabilidade, quais sejam: Quênia, Etiópia e Uganda. Os três patrocinaram um processo eleitoral que foi realizado no Quênia, por absoluta falta de condições objetivas para sua realização na própria Somália, que resultou na eleição de 275 membros no novo Parlamento Transitório da Somália

A Guerra

A guerra civil na Somália teve início entre 1988 e 1990 a partir, principalmente, de distúrbios no norte do país que contestavam veementemente o governo ditatorial de Siad Barre. A repressão foi brutal, produzindo uma estimativa de 50 mil mortes e 500 mil refugiados (ANDERSEN; MOLLER; STEPPUTAT, 2007), mas, mesmo assim, o movimento teve fôlego o suficiente para impedir a governabilidade do regime e, gradativamente, empurrar Barre para fora do governo.

O principal movimento de oposição ao governo era o Movimento Nacional Somali (SNM). O SNM fora criado no início da década de 1980 por integrantes do clã Isaaq e seu principal objetivo era a queda de Siad Barre e a promoção de reformas políticas e econômicas que levariam a Somália para um regime de tipo liberal. Em 1988, o SNM assumiu o controle de duas cidades, Hargeisa e Burao, ambas localizadas na chamada Somalilândia e prontamente bombardeadas pelo governo central (JALATA, 2004).

Entretanto, a luta não estava restrita ao norte. Na própria capital, Mogadíscio, já em 1989 foram registrados conflitos armados entre a oposição e forças governamentais, que passaram a desencadear operações de casa em casa à caça dos seus oponentes. Inicialmente, a repressão se voltou contra os associados do clã Issaq, mas logo outros grupos se formaram em torno de outros clãs, como foi o caso do Congresso Unido da Somália (clã Hawiye) que, assim como o clã Issaq, batalhava pela derrubada de Siad Barre. Nessa altura, o governo encontrava dificuldades até mesmo para controlar suas próprias tropas. O Coronel Omar Jess, que foi encarregado por Barre de reprimir a revolta em Hargeisa, desertou com suas tropas unindo-se aos rebeldes de Ogaden e formando o Movimento Patriótico Somali (SPM), com os mesmos objetivos dos demais contendores (JALATA, 2004).

Enfim, a contestação ao regime atingiu um ponto sem retorno com o agravante de que o próprio Siad Barre se recusava a se dobrar à realidade. Não havia mais a mínima condição política para o exercício do poder e, mesmo

sem o controle do Exército e com uma economia completamente desajustada, o ditador insistia em permanecer no poder. Sua queda foi questão de tempo, e de pouco tempo.

O mais grave, contudo, foi o fato de que a derrubada de Barre não levou a uma sucessão imediata e nem tampouco à ascensão de um novo regime. Aliás, desde então verifica-se a ausência de uma autoridade que de fato exerça o poder em todo o território ou mesmo em parte dele.

Esse quadro caótico e anárquico foi também favorecido pelos acontecimentos no Chifre da África e em seu entorno, isso sem contar que as mudanças na ordem internacional com o fim da Guerra Fria potencializaram as mudanças na região que, diga-se de passagem, foi uma das áreas mais afetadas pelos efeitos da Guerra Fria em todo o continente africano.

Na Etiópia, por exemplo, a derrubada de um outro regime ditatorial em 1991 (governo Mengistu), portanto em processo concomitante com a desagregação da Somália, proporcionou mais instabilidade e violência na região ao disponibilizar, mesmo que involuntariamente, uma enxurrada de armas que foram parar em mãos de muitos somalis que àquela altura já estavam em plena guerra civil.

A Fome

Milhares de somalis estão passando fome. Aliás, muitos já estão morrendo de fome e, ao que tudo indica, continuarão a morrer nos próximos meses, quiçá nos próximos anos. A fome na região conhecida como Chifre da África já assumiu dimensões catastróficas, especialmente na Somália, que teve “Estado de fome” decretado pela ONU em várias de suas regiões, o que em linguagem técnica equivale ao nível máximo na escala que vai de um a cinco criada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

A fome não se restringe à Somália, caso mais grave, atingindo também regiões do Quênia, Etiópia e Djibuti. Estimativas das Nações Unidas indicam que mais de doze milhões de pessoas em toda a região estão em situação de extrema necessidade de ajuda. No caso da Somália, uma a cada três crianças estão subnutridas e cerca de 6 crianças morrem todos os dias. Dado mais assustador ainda: pelo menos metade da população passa fome ou está submetida a algum tipo de necessidade nutricional.

A dificuldade adicional, no caso particular da Somália, é que a interminável guerra civil do país impõe inúmeras barreiras para uma ajuda internacional mais intensiva e eficiente. Não há segurança para o trabalho de agências humanitárias que poderiam distribuir alimentos e prestar ajuda a uma população que padece, há décadas, dos horrores da guerra e da precariedade em praticamente todos os aspectos da vida. Não bastasse a situação caótica interna, em solo, as atividades dos famosos “piratas” somalis levaram também para o mar inúmeras dificuldades para qualquer ação humanitária internacional. O resultado é que a implacável atuação dos piratas nos mares elevou o custo do transporte para o país, aumentando o valor do frete e impondo elevado grau de insegurança na navegação. Não é incomum a utilização de escolta de navios de guerra para que cargueiros transportando ajuda humanitária cheguem aos portos somalis.

É curioso e digno de nota, todavia, que inicialmente as atividades dos famosos piratas somalis se deram contra as embarcações pesqueiras, sobretudo francesas e espanholas, que desencadearam uma atividade de pesca predatória e arrasadora em mares territoriais somalis a partir da desagregação do seu Estado. A atividade foi tão avassaladora que os pescadores somalis passaram a não encontrar pesca nos locais tradicionais, tendo que se aventurar cada vez mais mar adentro em busca do peixe, um componente importante na economia e na dieta alimentar de parte expressiva da população da Somália.

Mas, com relação à fome, como explicar uma situação tão calamitosa como essa? No caso da Somália é preciso levar em consideração todo o contexto de conflito e crise profunda do Estado que, como visto, envolve o país desde

o início da década de 1990. O quadro atual, todavia, foi agravado pela pior seca verificada na região nos últimos 60 anos, que prejudicou ainda mais a precária e fraca agricultura regional. Mas a seca não deve ser entendida como causa última da grande fome. Outros períodos de seca prolongados existiram e nem por isso causaram uma ruptura tão dramática nos estoques alimentares.

Quando associamos os efeitos climáticos aos fenômenos políticos passamos a compreender melhor o que está ocorrendo. Uma evidência contundente é que a região mais afetada pela fome é o sul da Somália, onde justamente os rebeldes da Al Shabad em tese exercem o controle político e militar. Para sobreviver, a Al Shabad necessita de recursos e um dos meios encontrados para arrecadar dinheiro foi através da cobrança de impostos sobre a população que vive nas áreas por ela controladas. Isso teve um efeito devastador para que a população não se preparasse para o período de escassez que, como era esperado, viria com a diminuição das chuvas. Ao invés de manterem a produção de alimentos, as pessoas foram praticamente obrigadas a se dedicarem a culturas que trouxessem algum ganho em dinheiro, como a plantação de sementes de sésamo, deixando de lado a produção de bens essenciais para a dieta humana e animal.

Aliás, esse é o motivo principal para o transbordamento da crise alimentar para além das fronteiras somalis, afetando estados constituídos com governos e estrutura estatal, ou seja, não podemos enxergar a crise alimentar apenas porque não existe um estado funcional na atual Somália. É claro, naturalmente, que a ausência do Estado e a situação de conflito permanente favoreceram enormemente para que a crise na Somália fosse de intensidade muito maior do que em outras regiões.

Vale ressaltar também que a fome não é uma prerrogativa somali ou africana. Ela está, infelizmente, presente em todos os continentes. Estima-se que aproximadamente 1 bilhão de seres humanos passem fome ao redor do mundo. É óbvio que os mais pobres são sempre os mais afetados e eles estão justamente no continente africano. A fome, portanto, é uma das várias faces da pobreza.

O paradoxo mais assustador e aviltante para a humanidade quando o assunto é a fome é que em nenhum outro momento da história o ser humano conseguiu produzir tanto alimento como agora. Em praticamente toda a história houve ciclos de fome, mas em sua maioria motivados mais pela escassez de alimentos do que pela falta de sua distribuição, seja por razões econômicas ou por quaisquer outras. Esses momentos de fome existiram mais em decorrência de pragas, condições climáticas adversas, guerras, catástrofes naturais ou mesmo como uma combinação desses fatores. Agora, o cenário é outro.

Embora o assunto tenha ganhado a mídia internacional e despertado preocupação em vários países, infelizmente não há solução de curto prazo à vista. Mesmo que houvesse disponibilidade e o empenho decidido por parte de agências internacionais para distribuição de alimentos em caráter emergencial (o que de fato, não há), no caso específico da Somália a falência do Estado e o estado permanente de conflitos internos elevam o combate à fome a um patamar ainda mais complexo e de difícil solução.

Não adianta apenas encher o país de alimentos. Enquanto não houver uma acomodação política envolvendo os atores beligerantes num compromisso com a governabilidade, o que implica numa redução drástica da intervenção estrangeira e num esforço sério e responsável por parte das elites somalis, não há futuro promissor para a Somália.

Infelizmente, já estamos assistindo, e iremos assistir com mais intensidade ainda, a mais um desses episódios trágicos que nos incomoda e diminui a todos e nos faz repensar (pelo menos deveria) que caminho é esse que a humanidade está seguindo, afinal de contas o infortúnio dos somalis é o infortúnio do ser humano.

Referências Bibliográficas

AMISOM BULLETIN. Issue 1, February 2010. Disponível em: <http://www.africa-union.org/root/au/auc/departments/psc/amisom/Bulletin/2010/AMISOM%20Bulletin%20No.%201.pdf> Acesso em: 28 de novembro de 2011.

- ANDERSEN, Louise; MOLLER, Bjorn & STEPPUTAT, Finn (eds.). *Fragile States and Insecure People? Violence, security, and statehood in the Twenty-First century*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- ALLARD, Kenneth. *Somália Operations: lessons learned*. CCPR Publication Series.
- BRUTON, Bronwyn E. *Somália – A new approach*. Council Special Report N. 52. New York: Council on Foreign Relations, 2010.
- DUYVESTSEYN, Isabelle. *Clausewitz and African War – Politics and strategy in Liberia and Somália*. New York: Frank Cass, 2005.
- JALATA, Asafa (ed.). *State Crises, Globalisation and National Movements in North-East Africa*. New York: Routledge, 2004.
- KINGSTON, Paul; SPEARS, Ian S (eds). *States-Within-States – Incipient political entities in the Post-Cold War era*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Subsecretaria Geral Política II. Departamento da África – Divisão da África III – 2006. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/somalia1.htm Acesso em: 05 de dezembro de 2011.
- MUBARAK, Jamil Abdalla. *From Bad Policy to Chaos in Somália – How economy fell apart*. Westport: Praeger Publishers, 1996.
- PERSPECTIVAS ECONÓMICAS NA ÁFRICA, 2011. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/macroeconomic-prospects/africa-is-growing-but-there-are-risks/> Acesso em 23 de novembro de 2011.

Resumo

Este artigo discute a situação da Somália, especialmente da recente crise alimentar, a partir da história recente do país, sobretudo com a desintegração do Estado com a queda de Siad Barre, no início da década de 1990. Destaca-se que apenas será possível encaminhar a questão da fome quando o Estado for reconstruído e a paz restaurada.

Abstract

This article discusses the situation in Somalia, especially the recent food crisis, from the country's recent history, especially with the disintegration of the state with the fall of Siad Barre in the early 1990s. It argues that only you can forward the issue of hunger when the state is rebuilt and restored peace.

Palavras-chave: Somália; Fome; Guerra.

Keywords: Somalia; Famine; War.

Recebido em 13/12/2011

Aprovado em 13/12/2011

